

OS BAIRROS COTAS: UMA EXPERIÊNCIA EM MEIO AOS DESAFIOS DAS INTERVENÇÕES HABITACIONAIS URBANAS EM ÁREAS DE OCUPAÇÃO PRECÁRIA

**THE COTAS NEIGHBORHOODS: AN EXPERIENCE IN THE MIDDLE OF THE CHALLENGES
OF URBAN HOUSING INTERVENTIONS IN AREAS OF PRECARIOUS OCCUPANCY**

**LOS BARRIOS DE COTAS: UNA EXPERIENCIA EN MEDIO DE LOS DESAFÍOS DE LAS
INTERVENCIONES DE VIVIENDA URBANA EN ZONAS DE OCUPACIÓN PRECARIA**

Maria Dolores Santos¹
Walkyria Marques de Paula²
Técia Regiane Bérghamo³
Ralph Charles⁴

RESUMO: As favelas são locais normalmente ignorados e vistos como lugares produtores de problemas. Essas ocupações transformaram-se numa marca das grandes cidades brasileiras, pois são o resultado de políticas que permitiram o uso e ocupação do solo urbano, apenas como um produto de mercado aonde alguns grupos restritos foram privilegiados. Esse artigo apresenta algumas estratégias implementadas em ações de Habitação de Interesse Social (HIS) no município de Cubatão com objetivo da participação da comunidade no processo de urbanização dos Bairros Cotas, no contexto do Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistemas de Mosaicos da Mata Atlântica. Através do trabalho ali desenvolvido, buscou-se não apenas a sustentabilidade das transformações físico urbanísticas do território, mas, também, o desenvolvimento local com foco no fortalecimento dos laços comunitários e da auto estima de seus moradores para maior autonomia na conquista da cidadania.

Palavras-chave: Espaço urbano. Favela. Protagonismo comunitário. Transformação.

ABSTRACT: Slums are places usually ignored and seen as places producing unwanted. These occupations have become one of the main symbols of large Brazilian cities because they are the result of policies that allowed the use and occupation of urban land in a market manner, favoring a few groups. This article presents some strategies implemented with the objective of social participation in the process of urbanization of Cotas Neighborhoods

1 Mestre, Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de SP (IPT). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8817-9169>. E-mail: mlores16@gmail.com

2 Assistente Social, Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de SP (CDHU). E-mail: wpaula@cdhu.sp.gov.br

3 Mestre, Universidade Estadual de Campinas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6222-1357>. E-mail: tecia.bergamo@unimes.br

4 Mestre, Universidade Estadual de Campinas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1942-1062>. E-mail: cralph001@yahoo.fr

Artigo recebido em setembro de 2022 e aceito para publicação em novembro de 2022.

in Cubatão, in the context of the Social and Environmental Recovery Program of Serra do Mar and Mosaic Systems of the Atlantic Forest. Through social technical work, we sought not only the sustainability of the urban physical transformations of the territory but also the local development with a focus on strengthening community ties and the self-esteem of its residents for greater autonomy in the search for citizenship.

Keywords: Urban Space. Favela. Community Protagonism. Transformation.

RESUMEN: Las favelas son lugares que suelen ser ignorados y vistos como lugares que producen problemas. Estas ocupaciones se han convertido en un sello distintivo de las grandes ciudades brasileñas, ya que son el resultado de políticas que solo permiten el uso y la ocupación de áreas urbanas, así como un producto meca donde algunos grupos restringidos son privilegiados. Este artículo presenta algunas estrategias implementadas en acciones de Vivienda de Interés Social (HIS) en el municipio de Cubatão con el objetivo de participación social en el proceso de urbanización del Bairro Cotas en Cubatão, en el contexto del Programa y Mosaico de Recuperación Social y Ambiental de la Serra do Mar Sistemas de la Mata Atlántica. A través del trabajo realizado, buscamos no solo la sostenibilidad de las transformaciones físicas urbanas del territorio, sino también el desarrollo local con foco en fortalecer los lazos bicomunitarios y la autoestima de sus pobladores para una mayor autonomía en la consecución de ciudadanía.

Palabras clave: Espacio urbano. Favela. Liderazgo comunitário. transformación.

INTRODUÇÃO

O meio urbano é permeado por grandes desafios considerando a variedade de interesses que ali se manifestam, a diversidade de grupos sociais e dos temas que regem sua dinâmica. Esse sistema complexo impactou milhares de pessoas, causando exclusão, desigualdade e degradação ambiental, seja pela ausência de soluções que efetivamente atendam às necessidades dos grupos menos favorecidos ou por ignorá-los. Sem direito a voz, os grupos negligenciados em suas necessidades ficam sem protagonismo nas discussões e decisões sobre questões que os envolvem diretamente.

As cidades brasileiras possuem uma característica marcante que traduz a forma como o território urbano vem sendo tratado pelas políticas públicas ao longo dos anos.

Essa característica é marcada pela concentração de riqueza, poder e intensa pobreza. O processo de urbanização exacerbado que ocorreu no Brasil, proporcionou formas de desenvolvimento econômico muito desiguais em todo o país e assim, os processos de deslocamento humano foram se intensificando ao longo das décadas. Enquanto que em algumas regiões esse processo provocou aglomerações urbanas em outras, promoveu esvaziamento resultando em perda de potencial produtivo. Esses processos de deslocamento ocorreram sem qualquer planejamento, fomentado pelo próprio poder público sem que houvesse atenção ao real significado do “território”.

Neste contexto de desigualdade e injustiça social, a questão da habitação emerge como uma das principais urgências. Ao longo de décadas a atuação do poder público variou entre a repressão e iniciativas pontuais trazendo alguma melhoria habitacional, porém, sem efetividade de resultado.

A partir da década de 1980 com a força dos movimentos sociais, novas visões emergiram sobre o tema da Habitação de Interesse Social (HIS), trazendo reflexões sobre as intervenções do poder público. Outros acontecimentos também contribuíram para o aprofundamento dessa questão, como por exemplo, a realização do Habitat II em 1996⁵.

Esse evento teve influência no Brasil para a consolidação de marcos importantes como a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, além da criação do Ministério das Cidades em 2003. Inicia-se então, a integração de diretrizes para melhoria de ações na execução de uma política habitacional de interesse social, o que contribuiu para a efetivação de estratégias que viriam a ser implantadas pelo Governo de São Paulo, através da Secretaria de Habitação por meio da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). Não obstante a essas mudanças, no decorrer de décadas os desafios permanecem e há necessidade da evolução constante com diferentes abordagens e, fundamentalmente, buscar formas de inserção das comunidades nas discussões sobre as intervenções em seus territórios.

O presente artigo tem por objetivo apresentar algumas estratégias que resultaram em engajamento da comunidade na intervenção socioambiental nos Bairros Cotas em Cubatão, implantada pelo Governo de São Paulo no contexto do Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar.

METODOLOGIA

Em relação à metodologia, a discussão inicial deste trabalho consiste no levantamento da produção científica literária relacionada ao uso do espaço urbano e também na temática da habitação de interesse social com foco nas ocupações irregulares.

O Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistemas de Mosaico da Mata Atlântica e a ocupação dos Bairros Cotas em Cubatão, serão brevemente apresentados a fim de contextualizar as ações de engajamento comunitário.

A metodologia desta pesquisa foi fundamentada na análise dos processos da participação comunitária, os quais foram implantados pelos técnicos sociais do Programa Serra do Mar, a fim de tornar os moradores locais protagonistas das transformações físico urbanísticas e não apenas meros expectadores.

Outro aspecto dessa pesquisa, foi apresentar resumidamente cada projeto social, desenvolvido com os representantes eleitos pelos moradores, visando a participação nas discussões e no levantamento das vocações locais, para formação dos grupos que comporiam os respectivos projetos, além de prepará-los para as discussões e sugestões relativas às mudanças que o território sofreria com a implantação do Programa Serra do Mar.

Por fim, haverá uma breve análise dos resultados do trabalho técnico social como componente estratégico de inserção da comunidade nas várias fases da intervenção.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Brasil atual é um país predominantemente urbano, cuja taxa de urbanização em 1960, passou de 44,7% para 81,2% no ano 2000 (IBGE, 2000).

O município de São Paulo possui mais de 11 milhões de habitantes (IBGE/CENSO/2010) e responde por 11,5% do PIB brasileiro, assim, é um importante polo econômico e cultural seja para a região metropolitana, seja para o Estado de São Paulo. Ao mesmo tempo em que assume um papel estratégico na produção e circulação de riqueza há, no entanto, boa parte da população em situação de extrema de pobreza e vulnerabilidade. Trata-se de uma metrópole desigual e segregadora, com indicadores de desenvolvimento humano muito diferentes em seus 96 distritos e 32 subprefeituras (FIPE, 2015).

De acordo com Paz e Taboada (2010), a partir da década de 1960 o país viveu uma explosão urbana que levou grande número de trabalhadores rurais sem alternativas no campo a se deslocar para as periferias e favelas das cidades. Assim, o processo de urbanização no pós Guerra concentrando o parque industrial ao eixo sul-sudeste gerou intensa migração interna e a formação das grandes metrópoles e suas periferias.

Para Bunde (2022), o êxodo rural se inicia no século XIX mas, a partir da década de 1920 já se nota uma intensificação. Porém, até a década de 1960, grande parte da população morava e trabalhava no campo e as cidades eram menores. O autor infere que a exacerbação da migração foi resultante de fatores como a ascensão das indústrias nas cidades que, conseqüentemente, atraíram os trabalhadores do campo por melhores condições seja, pela remuneração ou por uma condição de vida mais agradável ou ambos. Outro fator, foi o início da substituição da mão de obra por maquinário, diminuindo a oferta de trabalho, além da falta de condições dos pequenos proprietários de terras para competir com grandes latifundiários oligopolizados. Bunde, analisa que todos esses fatores acarretaram mudanças na disposição socioespacial das cidades, gerando: crescimento sem planejamento, aumento da pobreza, violência, desigualdade social e formação de favelas.

Segundo Paz e Taboada (2010), a conseqüência disto é que grande parte da população convive com a insegurança social, financeira, sem acesso a equipamentos públicos de boa qualidade (instalações ou espaços físicos de cunho público ou privado, destinados à prestação de serviços do poder público à pessoas físicas ou jurídicas), além da ausência de condições dignas de habitação.

Essas cidades são resultados dos déficits sociais acumulados por décadas de governos comprometidos com os interesses das classes privilegiadas (PAZ; TABOADA, 2010).

Maricato (2001), compara a produção de favelas e a agressão ao meio ambiente derivadas deste intenso processo de urbanização, a uma máquina de funcionamento intenso e incessante.

Para Lavinas (2003), a pobreza é a “grife” urbana, já que traduz a disputa pela apropriação do espaço revelada na luta pela moradia e “locus” de produção. Ou seja, a desigualdade social, de renda e de poder é claramente vista no cotidiano das cidades brasileiras e nos seus espaços intraurbanos: bairros, vilas e regiões que, de maneira geral mostram uma qualidade de vida muito desiguais.

Rolnik (1997), em seus estudos sobre a cidade e a legislação urbana revela que durante a história, as formas de apropriação e utilização do espaço permitidas ou proibidas no contexto de uma economia de mercado, marcada por profundas desigualdades, fomentou um aparato legal urbano que definiu territórios “dentro e fora da lei”. Separou-se então, a “cidade legal da ilegal”, sendo esta última o lugar da população pobre e esquecida.

Davis (2006), afirma que a década de 1980 foi explosiva no que se refere à extensão da periferia abandonada e da favelização, porém este fenômeno é bem mais antigo. Segundo o autor as favelas do Rio de Janeiro e de Recife surgiram no final do século XIX e início do século XX. Uma parte da mão de obra escrava após “liberta” e sem opções de moradia, começou a ocupar as áreas livres e de “pouco valor comercial”. Era muito freqüente, ainda, que os brancos pobres lançassem mão do escambo para se prover deste tipo de moradia.

Para Alvito e Zaluar (1999), explicar sobre favelas no Brasil, é particularmente falar da cidade do Rio de Janeiro quando era capital do país, entrecortada por interesses e conflitos regionais.

Taschner (1997) analisa que na cidade de São Paulo o caráter das ocupações desordenadas está ligado diretamente ao seu processo de crescimento, sendo que as primeiras favelas surgem na década de 1940, enquanto o Rio de Janeiro, já nas primeiras décadas do século XX, estas já ocupavam os morros cariocas.

Segundo Cardoso (2007), até meados da década de 1970 lidava-se com as favelas por meio da política de erradicação total, permeada por remoção baseada na repressão e algumas poucas ações de melhorias baseadas em favorecimentos. De acordo com Strozemberg (2009), a integração da favela somente ocorrerá quando houver a incorporação de direitos sociais fundamentais aos seus moradores. Caso isto não ocorra, estes espaços estarão fadados aos cidadãos desprovidos de direitos e deveres.

Para Denaldi (2009), após passados cem anos de favela, mudanças ocorreram porém, para que efetivamente esta passe a integrar a cidade é necessário vencer ainda muitos desafios. Por exemplo, deverá haver o desempenho de diversos fatores que envolvem um programa de urbanização de favela como, a melhoria das condições físicas voltadas para a mobilidade e acessibilidade, o próprio saneamento, a disposição dos equipamentos de uso público e sua manutenção.

Os assentamentos precários apresentam características que indicam a complexidade de uma intervenção nesses territórios, por exemplo a alta densidade demográfica e construtiva, a forte presença de edificações em alta declividade, a presença de áreas de risco e gravames ambientais. Portanto, urbanizar favelas não é apenas executar obras de saneamento, mas é necessário consolidar a combinação de soluções de recuperação ambiental, infraestrutura e a construção de novas moradias (DENALDI, 2009).

Um marco importante para a mudança de visão foi a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, além da criação do Conselho das Cidades (2004) porém, foi somente a partir da publicação da Lei 11.124, de 16/06/2005, que se instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) quando se passou a incentivar a implementação de planos estaduais e municipais. O objetivo foi compatibilizar, articular, acompanhar e apoiar a atuação das instituições que lidam com a questão da habitação, sendo este também, uma influência do evento internacional, Habitat II, ocorrido em 1996 (PAZ; TABOADA, 2010).

Na visão de Bernardes (2011), o planejamento de uma megalópole não implica em induzir a urbanização de todo o seu território, trata-se de determinar por meio de estudos adequados, as muitas vocações de cada região dos municípios, para que haja estruturação e projeção dos usos e modelos de ocupação mais apropriados.

Segundo Libório e Junior (2017), uma nova ordem urbana vem sendo estabelecida no Brasil a partir da Constituição Brasileira de 1988, na esfera federal que, contou com Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001); lei de parcelamento do solo urbano (Lei 6.766/1979); lei sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (Lei 11.124/2007); lei sobre o Sistema Nacional de Saneamento Ambiental (Lei 11.445/2007); lei sobre a política nacional de resíduos sólidos (Lei 12.305/2010); lei sobre o Patrimônio da União que disciplina a regularização fundiária das terras urbanas e rurais da União (Lei 11.381/2007) e a lei que dispõe sobre o plano nacional de gerenciamento costeiro (Lei 7.661/1988).

Ainda de acordo com esses autores, as leis orgânicas municipais, os planos diretores e as demais legislações urbanísticas, ambientais e leis específicas que tratam do ordenamento do parcelamento, uso e ocupação do solo, e também sobre a organização política e administrativa de seus territórios, passaram a integrar a nova ordem legal urbana brasileira. Apesar deste aparato legal a gestão das cidades brasileiras nos últimos anos tem apontado inúmeros desafios que precisam ser enfrentados para estabelecer processos e mecanismos institucionais que possibilitem a democratização e a integração da gestão das cidades com a participação popular (LIBÓRIO; JUNIOR, 2017).

Do processo intenso de urbanização em todo o mundo e suas consequências para a sustentabilidade das sociedades nos âmbitos socioeconômico, cultural e ambiental, surgiu também, o conceito de “Cidades Criativas”.

De acordo com Wittmann (2019), cidades criativas são territórios, espaços urbanos cujos negócios são fundamentados no capital cultural, intelectual e criativo. Fomentam interações entre agentes sociais, culturais e econômicos, onde se propõem desenvolvimento de melhores meios de bem viver, através do trabalho e lazer, estimulando potenciais locais de maneira que sejam viabilizadas geração de negócios.

Neste sentido, o trabalho técnico social é um componente estratégico dos projetos de habitação, devendo ser desenvolvido pelos agentes executores com todas as famílias beneficiárias, com equipe multidisciplinar qualificada e a responsabilidade técnica de assistentes sociais, sociólogos entre outros, integrantes da unidade executora local responsáveis pelos projetos contratados (PAZ; TABOADA, 2010).

Na análise do Observatório de Favelas (2009), apesar das mudanças ocorridas nas intervenções desses territórios, estas não foram suficientes para transformar a visão negativa de que esses espaços são apenas locais de produção de violência e, o imaginário da cidade formal reflete ainda uma visão sobre favelas de forma muito estigmatizada. Diante dessas considerações, a seguir apresenta-se as estratégias de participação da comunidade na intervenção habitacional nos Bairros Cotas, em Cubatão no âmbito do Programa Serra do Mar.

O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA SERRA DO MAR

Segundo, a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (2022), o Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar foi iniciado em 2007 pelo governo de São Paulo com a proposta de realocar moradores dos bairros-cota que viviam há décadas em áreas de risco geotécnico e no interior do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM). Em 2010, com a parceria do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) o projeto ampliou sua área de atuação para os 332 mil hectares do Parque e os mosaicos da Juréia-Itatins e de ilhas e APAs Marinhas, tornando-se o Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistemas de Mosaico da Mata Atlântica.

O referido Programa foi financiado pelo BID com contrapartidas dos governos estadual e federal. No município de Cubatão, onde ocorreu a primeira fase, o Programa envolveu cerca de 7.760 famílias sendo realizadas mais de 5 mil remoções de residências, permanecendo cerca de 2.410, nos núcleos denominados Cota 200 e Pinhal do Miranda.

A permanência de famílias é localizada fora da área do PESM e de riscos geotécnicos. Esses dois núcleos ou bairros estão em fase final de urbanização, e receberam água encanada, saneamento e pavimentação, áreas de laser, estando em processo de regularização fundiária, equiparando-se aos demais bairros do município de Cubatão (SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE, 2022).

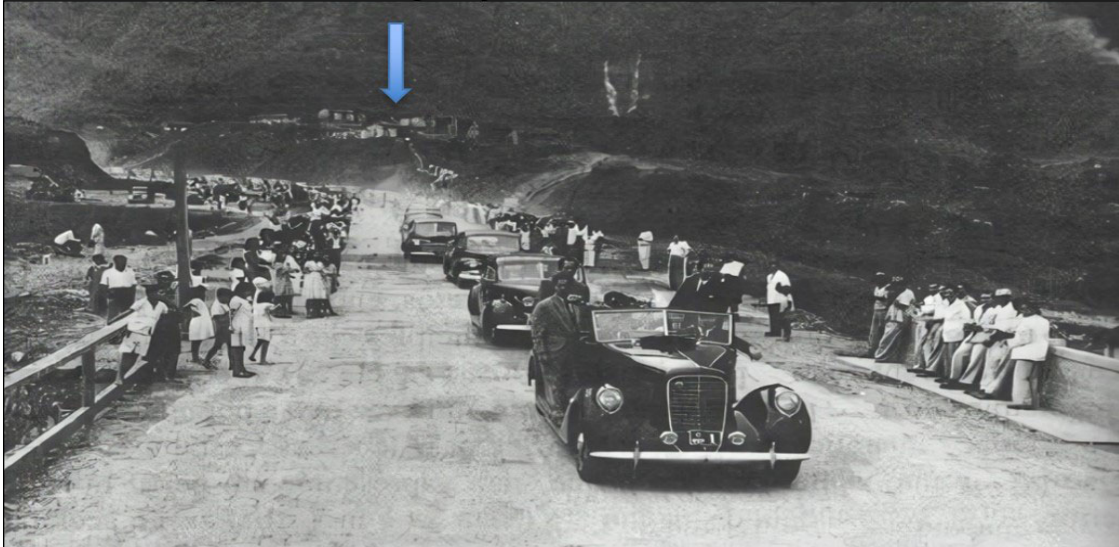
A OCUPAÇÃO DOS BAIRROS COTAS

As áreas das encostas da Serra do Mar são definidas pela altura em relação ao nível do mar as quais se denominam “cotas”. Os bairros (Cota 200, Cota 400/500 e Cota 95/100), se originaram a partir dos primeiros acampamentos operários do D.E.R – Departamento de Estradas e Rodagem, os quais vieram de diversas partes do Brasil para trabalhar na construção da Via Anchieta por volta de 1938.

Ao final da construção em 1947 e com a valorização imobiliária as propriedades foram sendo transferidas e ocupadas ao longo dos anos por famílias de baixa renda. Esses núcleos estão localizados em áreas do Estado (públicas) e foram incluídas ao Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) em 1977, quando foi declarada como UC (unidade de conservação) além das várias faixas de domínio, como as marginais da Via Anchieta, linhas de transmissão de força e linhas de oleoduto da Petrobrás (NOVO MILENIUM, 2014).

O Programa Serra do Mar incorporou mais três núcleos de ocupação em seu projeto de urbanização além dos já citados, os quais são fruto da expansão das ocupações iniciais: Água Fria, Pinhal do Miranda e Sítio dos Queirozes. Com exceção dos núcleos Cota 200 e Pinhal do Miranda os demais foram erradicados durante a intervenção, ou seja, todas as famílias foram removidas para novas unidades habitacionais, e as áreas desocupadas devolvidas ao PESM, apenas um deles ainda está em fase de desocupação, o núcleo Água Fria.

Na Figura 1 é possível observar algumas moradias dos operários que trabalharam na construção da Via Anchieta cujas residências (acampamentos e vilas operárias) deram início aos núcleos de ocupação e sua expansão. A fotografia se refere ao evento de inauguração da nova Rodovia.



Fonte: Herrera, D.R.⁶

Figura 1. Inauguração da Rodovia Anchieta em 1947.

AS ESTRATÉGIAS DE ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NA INTERVENÇÃO DO TERRITÓRIO

As estratégias desenvolvidas com a comunidade dos Bairros Cota para enfrentamento dos desafios trazidos pela complexidade do território, basearam-se em metodologia participativa da equipe técnica social, que resultou em projetos e ações de fomento à organização comunitária, com a valorização dos recursos humanos, ambientais e culturais, baseando-se direta ou indiretamente em muitos aspectos do conceito de Cidades Criativas. De acordo com Depiné (2021), a cidade criativa é um lugar onde pessoas criam soluções e oportunidades que trazem equilíbrio entre a tradição e a inovação na cidade, ou seja, há inovação sem desprezar a tradição. A nostalgia oriunda do passado e o legado deixado não são empecílios à cidade criativa, mas pontos de partida para mudanças e progresso.

De acordo com Coen (2017) o método participativo de trabalho, iniciou efetivamente com:

- Cerca de 40 reuniões realizadas para apresentação do projeto básico da intervenção socioambiental; ali foram eleitos os representantes de cada uma das quadras que compunham os núcleos de ocupação. Essas ações ocorreram desde o início de 2009 até o final de 2010. Somente após apresentado o projeto básico à toda comunidade e consolidada a geografia da representação, partiu-se para a etapa seguinte do trabalhos técnico social com a população.
- Os representantes eleitos foram certificados por meio do curso denominado “Agentes Comunitários de Urbanização”, cujos módulos trataram de temas como: liderança, cidadania, memória, meio ambiente e assuntos voltados à sustentabilidade e desenvolvimento local. Assim, puderam ampliar seus conhecimentos a fim de efetivar o processo participativo através do acompanhamento das obras e da interlocução com os demais moradores.

Conforme explica Coen (2017), a equipe técnica organizou a formação deste grupo representativo e também, idealizou o Núcleo de Comunicação Comunitária – O Projeto

ComCom – formado por grupos de moradores que passaram por cursos e oficinas de comunicação em diversas mídias. Assim, passaram a buscar, coletar e produzir informações relativas ao território e a intervenção, estimulando a interação com os demais núcleos de ocupação, sendo fundamental para estabelecer um polo efetivo de comunicação.

O ComCom foi o elo de ligação e catalisador social, de maneira a auxiliar no envolvimento da comunidade, mantendo-a informada sobre o Programa e suas ações por meio de fontes seguras. Esse projeto foi o primeiro entre os 5 (cinco) que vieram a formar os “projetos sociais de fomento ao desenvolvimento local”, além disso replica seus conhecimentos a grupos de moradores da comunidade, por meio de processos formativos, seja de forma presencial ou virtual, além de, juntamente com os demais projetos, fomentar a geração de renda movimentando a economia local.

A seguir estão elencados esses projetos sociais que se tornaram os pilares do trabalho técnico social no aspecto do desenvolvimento local, por serem agregadores e fomentadores de novos conhecimentos através dos processos formativos (cursos, oficinas, palestras, visitas à entidades etc). Essa metodologia foi implantada para evidenciar à comunidade a necessária consolidação de posturas e ações que trazem sustentabilidade às transformações do território.

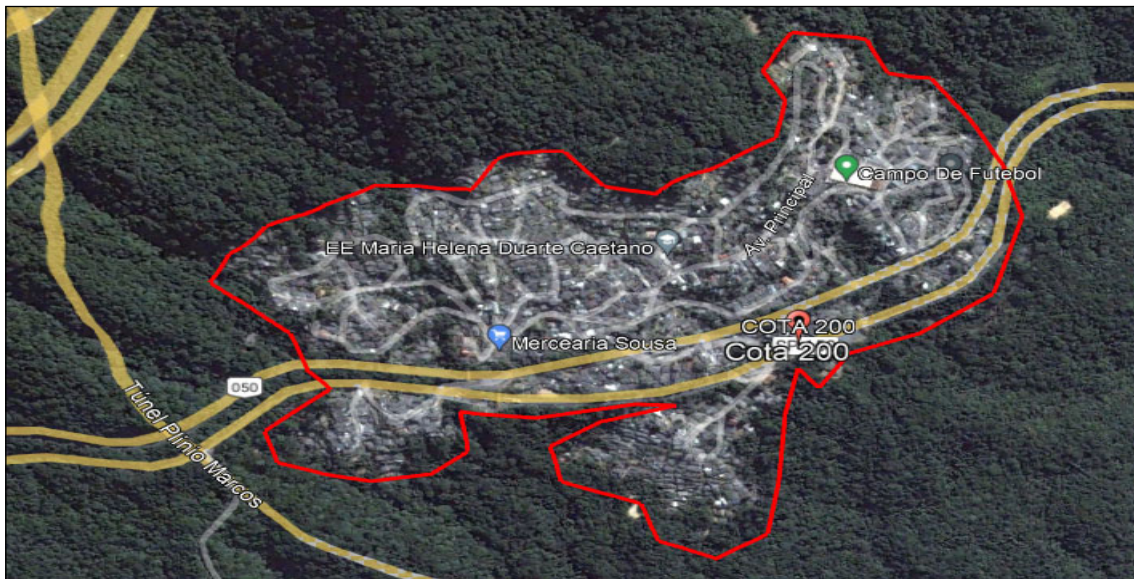
- Projeto de Arte-educação – Ateliê Arte nas Cotas: espaço de aprendizado e multiplicação de saberes voltados à arte urbana, com sala de exposição e ponto de venda dos materiais produzidos pelo grupo, tendo como fonte inspiradora a história do bairro e o patrimônio ambiental local;
- Projeto de Educação Ambiental – Cota Viva: Tem o objetivo de promover sensibilização ambiental entre os moradores, envolvendo crianças, adolescentes, adultos e idosos. Discute entre outros assuntos, valores de sustentabilidade ambiental, elabora oficinas formando multiplicadores de práticas voltadas à recuperação e conservação da Serra do Mar;
- NESDEL – Núcleo baseado nos valores da economia solidária - conta com o Projeto Social Sabores da Serra, que fomenta o empreendedorismo e a valorização cultural por meio da gastronomia e produção coletiva de produtos e serviços como – coquetéis, almoços, *coffee break*, participação em feiras e eventos voltados à produtos alimentícios. Promove o resgate histórico – cultural - gastronômico local, fomenta o reaproveitamento de produtos a fim de evitar o desperdício e promove a alimentação saudável.
- Turismo de Base Comunitária – Projeto Social Tur na Serra – trata-se de um projeto de pós urbanização voltado ao turismo comunitário, com base em três pilares: ecológico, histórico e ambiental. Esse projeto promove pacotes de visitação, sendo uma espécie de “guarda-chuva”, pois abarca os demais projetos sociais (arte-educação, culinária, educação ambiental e comunicação comunitária), gerando não apenas renda, mas, oferecendo atividades sob a égide do viés ambiental, procurando sensibilizar os visitantes sobre a importância da preservação desse patrimônio ambiental que é a Mata Atlântica.

DISCUSSÃO E RESULTADOS DA INTERVENÇÃO NOS BAIRROS COTAS COM PROCESSOS PARTICIPATIVOS

As áreas objeto de análise foram os núcleos Cota 200 e Pinhal do Miranda, pois ali permaneceram famílias nas áreas desafetadas, ou seja, fora do PESH. As famílias que se encontravam em áreas de risco, APPs e influência de obras nesses núcleos, foram removidas e devidamente reassentadas em outros bairros do município e, em cidades circunvizinhas na própria Baixada Santista, de acordo com a disponibilidade de unidades habitacionais e o desejo dos moradores.

Os grupos produtivos que formam os projetos sociais estão localizados nessas áreas de permanência, embora sua atuação vá muito além dos limites de seus territórios.

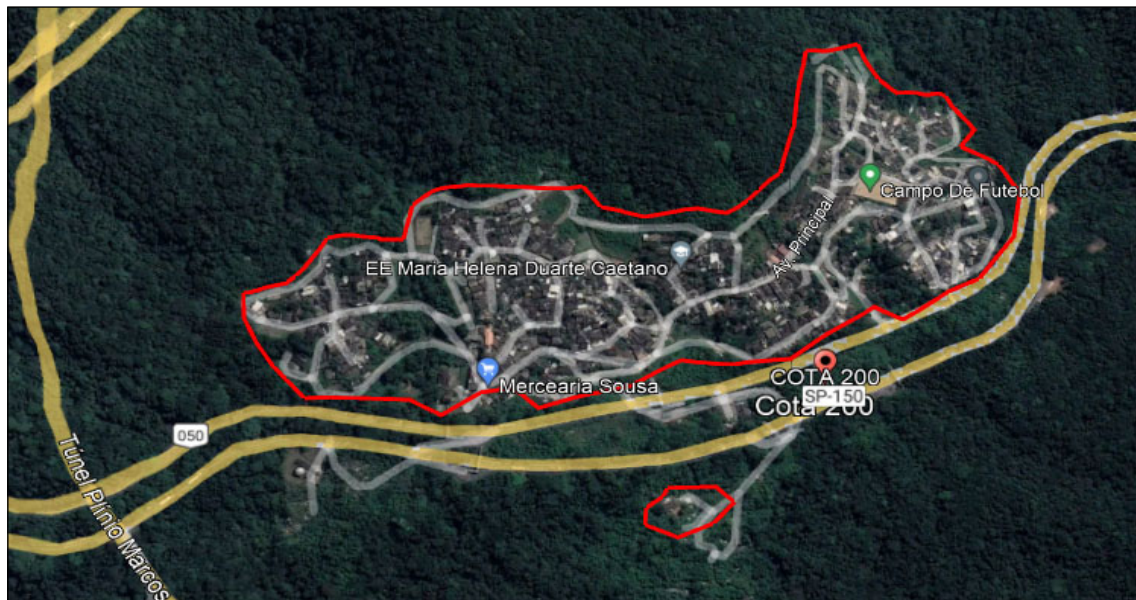
Na Figura 2 a seguir observa-se a intensa ocupação avançando mata adentro, antes das ações do Programa Serra do Mar.



Fonte: Elaborado com dados do Google Earth Pro (2009).

Figura 2. Núcleo Cota 200 em 2009.

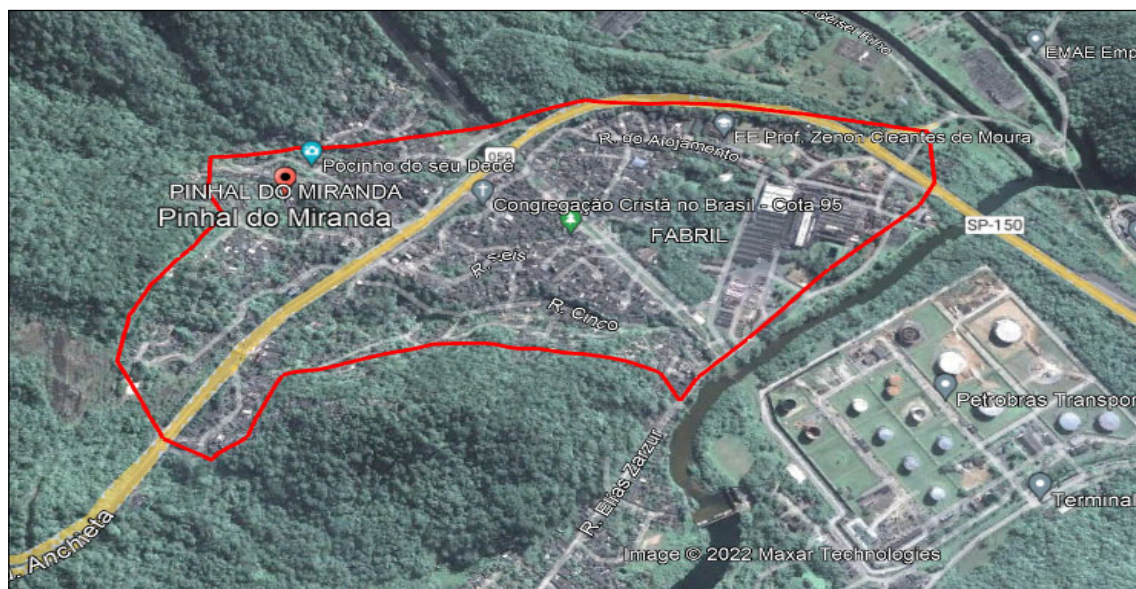
Na Figura 3 a seguir já é possível verificar a recuperação da Mata Atlântica, após remoção das famílias das áreas do PESH, influência de obras e APPs.



Fonte: Elaborado com dados do Google Earth Pro (2021).

Figura 3. Cota 200 – em 2021.

A Figura 4 apresenta o núcleo Pinhal do Miranda, com áreas de risco e APP com alta densidade ocupacional.



Fonte: Elaborado com dados do Google Earth Pro (2009).

Figura 4. Núcleo Pinhal do Miranda.

A Figura 5 apresenta as áreas já desocupadas e a recuperação de mata, sem novas ocupações residenciais, com alta diminuição da densidade ocupacional em todo o núcleo.



Fonte: Elaborado com dados do Google Earth Pro (2021).

Figura 5. Núcleo Pinhal do Miranda, em 2021.

O conjunto de práticas e diretrizes foi desenvolvido pela equipe técnica social da executora do Programa, cujos profissionais têm formação multidisciplinar. Essas práticas têm o objetivo de fomentar o processo participativo em todas as fases da intervenção. O diálogo permanente entre a comunidade e as equipes técnicas foi a principal estratégia utilizada desde a entrada no território, até a finalização da intervenção.

Primeiramente, foram efetuadas as pactuações coletivas e depois as negociações individuais considerando a condição de cada família referente às ações de remoção e reassentamento. Os representantes das quadras votados pela população participaram do Curso de Agentes Comunitários de Urbanização, a fim de se preparar para acompanhamento das discussões e propostas da intervenção, além de efetuar a interlocução entre os moradores e a equipe técnica. Também foram discutidas a implantação dos projetos de fomento ao desenvolvimento local de acordo com as vocações e potencialidades do território e o desejo da comunidade.

A Figura 6 representa um dos momentos do curso de preparação dos agentes.



Fonte: Coen, L.; Projeto ComCom (2017).

Figura 6. Curso com Representantes eleitos-2010.

As Figuras 7 e 8 seguintes, apresentam respectivamente o convite aos moradores para participação nas oficinas de capacitação em arte-educação (Figura7), e o resultado do aprendizado sendo aplicado na própria comunidade visando a transformação não apenas de infraestrutura, mas desenvolvendo o sentido de pertencimento através de nova identidade visual local (Figura 8).



Fonte: Projeto ComCom.

Figura 7. Convite à comunidade (2015).



Fonte: Projeto ComCom.

Figura 8. Arte aplicada (2015).

Considera-se que os resultados positivos vão muito além das obras de infraestrutura, implantandas pelo Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar pois, o envolvimento da comunidade foi fundamental para que a remoção das cerca de 5.500 famílias ocorresse de forma tranquila e consciente, minimizando os possíveis impactos trazidos por tão profundas mudanças. Essa participação social, também, foi fundamental para que as áreas de risco não fossem reocupadas e novamente trouxesse danos físicos, financeiros e ambientais.

As Figuras 9 e 10, a seguir, demonstram respectivamente as atividades dos Projetos Sociais Sabores da Serra (Culinária Afetiva) recepcionando grupo de visitantes aos Bairros Cota e de Educação Ambiental Cota Viva, realizando oficinas de plantio de espécies nativas da Mata Atlântica com a comunidade.



Fonte: Projeto ComCom (s/d).

Figura 9. Projeto Sabores da Serra.



Fonte: Projeto ComCom (s/d).

Figura 10. Projeto Cota Viva.

As Figuras 11 e 12 demonstram respectivamente atividades dos Projetos Sociais Tur na Serra, apresentando ao grupo de visitantes os Bairros Cotas, bem como o Projeto ComCom efetuando a cobertura das atividades.



Fonte: Projeto ComCom (s/d).

Figura 11. Recepção dos Visitantes do Projeto Tur na Serra.



Fonte: Projeto ComCom (s/d).

Figura 12. Cobertura das Atividades do Projeto ComCom.

Todos esses projetos sociais vem contribuindo para a postura pró ativa da comunidade em manter as áreas desocupadas, sem novas invasões o que auxilia na recuperação ambiental, em conservar as melhorias implantadas, como áreas de lazer, cuidados com as hortas e descarte adequado dos resíduos sólidos.

Esses grupos produtivos formalizaram-se e atualmente são representados pela ONG IMAGINACOM⁷, que organiza e promove a venda de pacotes de visitas aos Bairros Cotas, divulgados em suas próprias redes sociais, expondo suas produções e buscando novos recursos por meio de parcerias. Apesar da ONG ter sido intensamente afetada pela pandemia devido à paralização das atividades dos grupos produtivos, ocasionando perda de recursos financeiros, estes demonstraram independência e iniciativa elaborando campanhas de esclarecimento sobre o distanciamento social e a necessidade do uso de máscaras, além de efetuarem diversas oficinas virtuais, parceria com empresas para angariar e distribuir cestas de alimentos e produtos de higiene às famílias mais vulneráveis da comunidade, elaboração de *podcats* e lives com assuntos de interesse geral etc. A Figura 13 a seguir ilustra algumas dessas atividades:



Fonte: Projeto ComCom (2020).

Figura 13. Ações da ONG Imaginacom na Pandemia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal ferramenta adotada para inserção da comunidade em todas as etapas do processo, foi o trabalho participativo, organizativo e apoiado em práticas fomentadoras de independência.

O processo de pactuação com a população se inicia com o diagnóstico socioeconômico – para subsidiar e estabelecer o ponto inicial de compromissos de atendimento à população – sempre com devolutiva à comunidade dos dados levantados e analisados - perfil da ocupação, para autoconhecimento.

A capacitação de grupos representativos foi fundamental para acompanhamento e discussão das obras e demais ações do Programa, de modo que possam efetivamente opinar compreendendo as bases da legislação de uso e ocupação solo e noção da parte técnica para sugerir e propor de forma consciente. Também contribuiu para atenuar as rivalidades entre os núcleos, promovendo a integração para a busca de soluções coletivas.

O estabelecimento de canais de comunicação e o diálogo claro entre a população e o poder público são fundamentais para transparência, gerando confiança entre as partes. Parcerias são fundamentais para capacitação dos grupos produtivos pois demandam, conhecimentos específicos (arte-educadores, profissionais do ramo alimentício, economia solidária, área de comunicação e turismo, entre outros). A presença diária das equipes técnicas em campo, gerou acolhimento e segurança aos moradores, inibindo disseminações de informações inverídicas, além de estabelecer locais de referência.

NOTAS

5 Habitat II-A Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, realizada em Istambul, Turquia – 3 a 14/jun-1996 – (Cúpula da Cidade). Reuniu autoridades de governos locais e internacionais, ONGs, instituições de pesquisa em mídias. Foram discutidos e endossados objetivos universais p/garantia de abrigo adequado para todos em assentamentos humanos mais seguros, saudáveis, inspirados na Carta das Nações Unidas. Fonte: <[https://Habitat II-Wikipedia\(wikipedia.org\)](https://Habitat II-Wikipedia(wikipedia.org))> Acesso em 22.02.22.

6 Acervo da Fundação Arquivo e Memória de Santos (FAMS). Disponível em: <<https://www.novomilenium.inf.sbr/santos/h0102i.htm>>. Acesso em 9/2/22.

7 Saiba mais sobre os Projetos Sociais em <https://www.instagram.com/os_imaginacom.social/> e Facebook: <<https://www.facebook.com/imaginacomcubatao>>.

REFERÊNCIAS

ALVITO, M.; ZALUAR, A. **Um Século de Favela**. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 1999, 536p. 2ª. ed. BERNARDES, C.. É hora de pensar no “Estatuto das Metrôpolis”. **Gerente de Cidades**. São Paulo. FAAP. v. 15, n.60, p. 44, out./dez.2011.

BUNDE, Mateus. Urbanização no Brasil. **Todo Estudo**. Disponível em: <<https://www>>.

- todoestudo.com.br/geografia/urbanização-no-brasil>. Acesso em: 24 ago. 2022.
- CARDOSO, A.L. Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas. **Cadernos MetrÓpole**, nº 17, 2007. pp.219-240.
- COEN, L.; COMCOM,P.; CDHU. **Serra do Mar – As Cores da Urbanidade**. São Paulo. Ipsi, 2017. 236p. Disponível em: <https://cdhu.sp.gov.br/documents/20143/37024/Serra_do_Mar_PORTUGUES.pdf/9a16f4e4-f029-6967-7872-13812fbfc603>. Acesso em 05 mar. 2022.
- DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo. 2006, 272p.
- DENALDI, R. Caracterização das favelas no âmbito dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS). In: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro (org.). **O que é Favela, Afinal?** Rio de Janeiro, 2009.p.62-66.
- DEFINÉ, Á. C.. O que são Cidades Criativas. **VIA Revista**. São Carlos. UFSCAR. 11ª. Ed. Ano 3. Disponível em: <<https://via.usfc.br/classe-criativa-atrai-la-cidade/>>. Acesso em: 23.ago.2022.
- FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua, Caracterização Socioeconômica da População Adulta em Situação de Rua e Relatório Temático de Identificação das Necessidades desta População na Cidade de São Paulo: **Sumário Executivo**. São Paulo: PMSP/SMADS/FIPE, 2015. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/censo/SUMARIO%20EXECUTIVO.pdf> . Acesso em 25 de ago. 2022.
- IBGE, INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Estatística população, 2000. Disponível em IBGE. **Censo Demográfico 2000 – Resultados do Universo**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 02 fev.2022.
- IBGE, INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Estatística população, 2000. Disponível em IBGE. **Censo Demográfico 2010 – Resultados do Universo**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 02 fev.2022
- LAVINAS, L. Luta Contra a Pobreza Urbana. Rede Urbal: Documento Base URBAL 10. Documento de Guia, In: **Rede Urbal**. 2007. São Paulo: PSP/Sec. Rel. Internacionais, 2003. Texto.
- LIBÓRIO, D.C.; JUNIOR, N.S. Direito à Cidade e Institutos de Proteção dos Territórios Urbanos de Grupos Sociais Vulneráveis. **Enciclopédia Jurídica da PUCSP**. 2017. Disponível em: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/66/edicao-1/direito-a-cidade-e-institutos-de-protecao-dos-territorios-urbanos-de-grupos-sociais-vulneraveis>>. Acesso em mar/2022.
- NÚCLEOS DE CUBATÃO – BAIRROS COTA. **NovoMilenium site**. 2014. Disponível em <<https://www.novomilenio.inf.br/cubatao/bcotas.htm>>. Acesso em fev/2022.
- OBSERVATÓRIO DE FAVELAS DO RIO DE JANEIRO. **O que é Favela, Afinal?** Rio de Janeiro, 2009.
- PAZ, R. D. O; TABOADA, K. J. **Curso a Distância, Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social**. Brasília: Ministério das Cidades. 2010.
- ROLNIK, R. **A Cidade e a Lei: Legislação, Política Urbana e Territórios na Cidade de São Paulo**. São Paulo. Studio Nobel; FAPESP. 1997.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE (SP). **Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistemas de Mosaico da Mata Atlântica.**

Disponível em: <<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/serradomar/>>. Acesso em mar/2022.

STROZEMBERG, P. Alguém tem receio de ser multado na favela? In: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro. (org.). **O que é Favela, Afinal?** Rio de Janeiro, 2009. p.67- 69.

TASCHNER, S. P.. **Favelas e cortiços no Brasil: 20 anos de pesquisas e políticas.** São Paulo, 1997. FAU/USP.

WITTMANN, T. Cidades Criativas: ativos intangíveis como recurso central de criação de valor. **VIA Revista Cidades Criativas.** São Carlos. UFSCAR. 6ª Ed. n. 6. Ano 4, p.7.2019.